

Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2014

PLANEJAR, DESENVOLVER E AVALIAR: O USO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Autora: Soeli Regiane Hermes¹
Orientador: Dr. Valdecir Soligo²

RESUMO

O processo de avaliação está intimamente ligado ao processo pedagógico, não podendo ser considerado isoladamente, ou seja, ao avaliar, o professor precisa ter claro que está inserida num contexto maior que se inicia ao eleger o conteúdo a ser ensinado, passando por técnicas e metodologias de trabalho, e finalmente atingindo o ato de avaliar propriamente dito. Neste sentido este trabalho tem por objetivo proporcionar uma reflexão sobre a relação entre ensino/aprendizagem, avaliação e instrumentos de avaliação enquanto métodos e ferramentas de construção do saber, além de apresentar breve relato decorrente da implementação realizada como resultado dos estudos do Programa Educacional de Ensino, no qual analisou-se o processo de elaboração dos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores da escola pública, buscando identificar a metodologia, os objetivos e a função da avaliação, bem como problematizar práticas, percepções, atitudes e mecanismos de avaliação neste processo. Como metodologia de pesquisa foi utilizada a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. Os resultados apontam que os instrumentos de avaliação, em sua maioria, ainda são utilizados pelos professores como ferramentas de controle ou de demonstração de poder, tornando-se muitas vezes, momento para acerto de contas entre professor e aluno. Percebeu-se também que boa parte dos professores valem-se da mesma técnica ou metodologia para avaliar, indiferente do momento de aprendizagem. Outra problemática percebida diz respeito ao fato de os professores demonstrarem-se muito angustiados com os resultados obtidos, pois estes nem sempre representam a realidade da escola, principalmente se considerados os resultados das avaliações em larga escala, dos quais a escola pública participa.

Introdução

1 - Hermes, Soeli Regiane. Graduada em Pedagogia pela Universidade Paranaense – UNIPAR. Pós- Graduação em Educação Infantil e Alfabetização, pela Universidade Paranaense – UNIPAR. Pós- Graduação em Gestão Escolar – Organização Pedagógica da Escola pela Universidade Internacional - UNINTER. Pedagoga no Colégio Estadual Dario Vellozo – Toledo-Pr e Coordenadora pedagógica na Escola Municipal Amélio Dal Bosco no mesmo município. Professora PDE turma 2014/2015.

2 – Soligo, Valdecir. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Graduado em Pedagogia pela Universidade Paulista - UNIP. Professor adjunto no colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE campus de Cascavel.

Ao avaliarmos a aprendizagem, podemos elencar informações muito valiosas de como a prática pedagógica acontece no espaço escolar, desde que concebamos a avaliação numa perspectiva diagnóstica.

Pensar na avaliação como diagnóstica, segundo Both (2011), não significa somente saber, ao aplicar um instrumento de avaliação, o que os alunos sabem, quanto sabem e quanto ainda precisam aprender para que alcancem os objetivos que lhe foram proposto, mas também, planejar a ação pedagógica a fim de criar condições para que esta aprendizagem ocorra, sendo assim, as práticas pedagógicas utilizadas neste processo devem variar, levando em conta as intenções que se tem com seu uso, ou seja, para avaliar é necessário planejar e desenvolver objetivos e instrumentos que contribuam para a construção do conhecimento.

Olhando para a avaliação sob esta perspectiva, surge a necessidade de pensar e discuti-la em todas as esferas da instituição escolar, pois esta se torna uma ferramenta muito importante para o processo de gestão democrática da escola pública.

Partindo destas premissas e da experiência vivida no cotidiano escolar, das reclamações oriundas de alunos e pais demonstrando-se insatisfeitos com os instrumentos avaliativos, do uso inadequado dos resultados obtidos, em que, na maioria das vezes são utilizados pontualmente, somente como forma de mensurar nota final e algumas vezes como forma de punição, afim de demonstrar o poder do professor, este tema tornou-se de interesse e objeto de estudo para o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Considerando a amplitude do tema, e a necessidade de proporcionar momentos de reflexão sobre o assunto promoveu-se um curso de extensão, em parceria com a Universidade Estadual do Paraná, durante o qual estas questões foram amplamente discutidas.

Considerando o PDE um programa essencial para a prática de formação de professores, ampliando a relação entre universidade e escola, percebeu-se a importância de propor aos educadores momentos de discussão e estudos, objetivando a construção de uma consciência avaliativa, na qual a conceba como parte integrante de um processo, dentro do qual os

instrumentos empregados serão capazes de diagnosticar se a aprendizagem ocorreu de fato.

Nesta perspectiva, é possível pensar as ações educacionais com o objetivo de levar o educando a superar suas dificuldades, promovendo uma avaliação com função diagnóstica, elegendo instrumentos avaliativos que orientem o professor a identificar as dificuldades e fragilidades no processo de ensino aprendizagem.

Segundo BOTH (2011, p. 98):“...uma das faculdades que perenemente deve se fazer presente em todos os docentes é sua capacidade de percepção das potencialidades a serem despertadas nos alunos,...” e esta percepção não se dará fazendo uso de um único instrumento de avaliação, nem tão pouco, planejando uma avaliação em que, ao invés de promover o conhecimento, puna-se o aluno.

Compreender a avaliação, apesar de sua amplitude como elemento que assume diferentes funções no cotidiano do ser humano, em especial no espaço escolar é uma atividade que envolve profundamente, técnicas e metodologias, além de políticas na sua realização.

Objetivando proporcionar uma discussão sobre os instrumentos avaliativos, como utilizá-los e o que fazer com os resultados, proporcionaram-se momentos de discussão sobre o tema em pauta, promovendo leituras, trocas de experiências, oficinas e palestras, em que os professores participantes puderam compreender que é de extrema importância para o bom andamento do processo de ensino aprendizagem, construir uma atitude avaliativa diagnóstica, capaz de compreender e inferir na prática pedagógica seu real significado, auxiliando-os para uma melhor compreensão de como e o que fazer para atingir o que se propõem enquanto integrantes desta ação.

Desta forma, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de promover uma reflexão junto aos educadores, observando o planejamento, o desenvolvimento, a aplicação e análise das avaliações bem como dos resultados oriundos deste processo, considerando para tanto, os instrumentos elaborados por eles próprios, bem como as avaliações em larga escala, levando-os a construir e compreender a finalidade diagnóstica que compõem este processo, correlacionando instrumentos e técnicas avaliativas que promovam este fim.

Avaliações: um breve panorama histórico

O processo de avaliação se apresenta sob diferentes concepções ao longo dos tempos. Historicamente, teria surgido na Grécia Antiga, através de uma charada que teria sido aplicada à Édipo pela Esfinge. Esta talvez teria sido a primeira forma de avaliação oral da qual se tenha conhecimento, uma vez que Édipo foi em busca da resposta.

Em uma aplicação mais formal, por volta de 2205 a.c., os testes escritos teriam sido aplicados por um imperador chinês chamado SHUN, para examinar seus oficiais para fins de promoção ou exclusão. A partir de então instituíram-se na China os exames a fim de evitar a apropriação indevida de cargos, impedir o clientelismo e a formação de monopólios. Na ocasião, este instrumento nasceu com a função de controle social, e desempenhou este papel por muito tempo.

Enquanto parte de uma prática pedagógica, um dos primeiros defensores do exame foi Comenius, criador da Didática Magna, afirmando que se o aluno não aprendesse era necessário repensar o método. (DEPRESBITERIS E TAVARES, 2009)

No Brasil, a ideia de sistematização dos exames ocorreu com os Jesuítas, através de um documento conhecido como Ration Studiorum, dentro do qual se estabelecia a duração do período do teste - que deveria ser mantido com rigor, e não permitia ao aluno perguntar, nem falar nada durante o período de aplicação da prova, como passou a ser chamada a partir de então.

Depresbiteris e Tavares (2009), citam vários estudiosos que, pelas ideias de avaliação que difundem, tornam-se referências e propagadores deste processo, ampliando cada vez mais o conhecimento, a compreensão, a aplicação e análise do sistema de avaliar. Destacam-se: Henri Peron, em 1920, na França com a concepção de docimologia, ciência que estuda os exames como sistema de atribuição de notas. No século XIX, nos Estados Unidos, Horace Mann, cria um sistema de testagem objetivando substituir os exames orais pelos escritos e Joseph Rice cria os primeiros testes para uso na pesquisa no âmbito escolar. Em 1940, defendendo a ideia de que era possível

avaliar usando outros instrumentos que não só os testes escritos, aparece Tyler.

Na década de 60, Cronbach, ressalta a necessidade de a avaliação ir além do julgamento final, do resultado e Scriven, com a ideia de mérito, valor ao que esta sendo avaliado, surgindo deles os termos avaliação “formativa” e “somativa”.(Depresbiteris e Tavares, 2009)

Em 1970, Parlett e Hamilton aparecem com a concepção de avaliação iluminativa, chamada também de naturalista, instituindo a avaliação com caráter interpretativo, passando a atribuir significado ao que estava sendo ensinado e avaliado, ou seja, uma avaliação com caráter mais diagnóstico (Depresbiteris e Tavares, 2009).

A partir de então, e até a atualidade, o interesse pela avaliação foi se ampliando, ficando cada vez mais claro que avaliar se difere de verificar, passando este ato a ser compreendido amplamente, englobando todos os aspectos do processo de ensino aprendizagem.

Neste aspecto, a avaliação assume algumas funções, classificando-a de acordo com o objetivo que estabelece. Inicialmente ela pode ser compreendida com função diagnóstica, quando se pretende verificar os conhecimentos prévios que os alunos possuem, bem como identificar avanços e fragilidades do processo em si, refletindo sobre quais instrumentos serão usados para ensinar, se a aprendizagem de fato ocorreu e o que será feito com o resultado obtido.

Na função formativa, a avaliação tem por objetivo guiar e otimizar a aprendizagem em andamento - o processo - fornecendo para o aluno subsídios para que ele compreenda seu processo de aprendizagem, e para o professor propõe análise e identificação de quais elementos se apropriar na prática pedagógica afim de orientar a direção da mesma.

Dentro da função somativa, a avaliação assume caráter mais final, com foco no resultado, mérito.

Ainda que existam inúmeras outras interpretações, considerando e compreendendo a avaliação como um processo, certamente a função diagnóstica desempenha maior significado, uma vez que através dela, é possível perceber as falhas, fragilidades, dificuldades, acertos e avanços a que o processo de ensino aprendizagem está submetido.

Para Gouveia, Silva, Schwendler (2005), o objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhe foram propostos, esta afirmação reforça nossa opção pela avaliação diagnóstica, enquanto forma mais contundente de utilização dos processos e resultados em prol da melhoria da qualidade da educação, considerando que as práticas utilizadas nos processos de avaliação variam, como variam as intenções que se tem com seu uso.

Sendo assim, refletir sobre como os instrumentos de avaliação são utilizados na relação professor/aluno e no processo ensino-aprendizagem, levará a uma concepção mais precisa do que se pretende alcançar quando se avalia, bem como esclarecer quais os instrumentos, que utilizados neste processo, poderão contribuir mais significativamente no diagnóstico da aprendizagem.

A avaliação, no processo de ensino aprendizagem sempre gerou polêmicas, e não se criaram até então, receitas prontas e acabadas, de como e qual seria o melhor método, instrumento ou processo a ser utilizado em sala de aula para avaliar o aluno. É de extrema importância que o professor, enquanto mediador deste processo busque construir juntamente com o aluno a sua aprendizagem, levando em consideração que o ato de avaliar, no sistema educacional vigente, orienta o destino dos alunos, pois através dele se indicará seu êxito ou fracasso.

Para Depresbiteris e Tavares (2009, p.17) “ [...] cai-se na rotina quando se avalia sempre com os mesmos instrumentos [...]”, e no processo de ensino aprendizagem, mais especificamente, na avaliação, cair na rotina pode ser perigoso, pois é possível que se perca a finalidade da educação, fazendo da avaliação o objetivo da escola, transformando o instrumento em objeto final. Para que a avaliação se caracterize como um processo diagnóstico, é preciso que ocorram mudanças na postura do professor e também do aluno. Inicialmente deve-se estabelecer uma relação de confiança, de proximidade e sobre tudo de cumplicidade, onde o aluno possa revelar sem temores as suas dificuldades e o professor possa ser a bússola que o oriente e direcione para saná-las.

Segundo Cervi:

A complexidade operacional dos processos avaliativos do planejamento educacional revela-se, finalmente, na sua própria instrumentalização. Essa por sua vez, deve cobrir a amplitude da realidade observada, garantir a objetividade e provocar o impacto necessário para a formatação de intervenções. Para isso, a instrumentalização recorre a artifícios técnicos – medidas, técnicas e instrumentos propriamente ditos. (CERVI, 2008, p. 78).

Quando se fala em instrumentos de avaliação, não se trata de negar a importância da prova escrita, muito pelo contrário, a prova escrita oferece subsídios para o professor melhor compreender a aprendizagem dos alunos e a partir daí, orientá-los para um melhor desempenho.

O que se pretende ao refletir sobre este tema, é que o professor, ao planejar, elaborar e aplicar seus instrumentos de avaliação, indiferente de quais sejam, leve em consideração os aspectos que garantam a qualidade do que se quer ensinar. Desta forma, o uso de diferentes instrumentos e técnicas para avaliar a aprendizagem, poderá oportunizar a todos os alunos, igualdade de condições para demonstrar seu conhecimento.

Na seqüência, buscamos discutir com mais de profundidade os instrumentos avaliativos.

Instrumentos de avaliação: uma discussão necessária

A avaliação escolar é, antes de tudo, um processo que tem como objetivo permitir ao professor e à escola acompanhar a atuação do aluno e propiciar uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas, permitindo-lhe realizar adequações, afim de, promover e melhorar o desempenho do aluno. Sendo assim, a avaliação não deve ser pontual, eventual e realizada somente no final de um período escolar, mas permitir um retorno constante nos conteúdos propostos.

Se a avaliação escolar não for bem planejada e bem desenvolvida pelo professor, os objetivos a ela atribuídos dificilmente serão alcançados. Deve-se então planejar uma avaliação levando em conta as reais necessidades de aprendizagem da classe, estabelecendo objetivos claros e precisos. Tendo-os estabelecido, deve-se eleger instrumentos que sejam eficazes para fazê-lo, garantido maior confiança nos resultados avaliativos e levando em conta todas

as possibilidades de expressão do saber, fazendo-se necessário que o professor utilize mais que um instrumento de avaliação.

É necessário ter claro, durante o ato de avaliar, se o que temos como resultado é o processo ou o produto. Se considerar a avaliação como processo, todo empenho e esforço do aluno e do professor para aprendizagem compõem a avaliação. Isto implica em realizar, conforme diz Guerra (2007), uma metavaliação, ou seja, para que a avaliação atinja melhoras profundas, é preciso que todos compreendam e melhorem suas práticas e comprometimento.

Enquanto produto, estaremos considerando somente o desempenho do aluno, tornando a avaliação um ato individualista, em que o resultado dependerá exclusivamente dele, eximindo o professor de sua responsabilidade. Não é raro observar na prática pedagógica, professores utilizarem-se da avaliação como produto, aplicando apenas um único instrumento avaliativo, geralmente composto por questões objetivas ou dissertativas, de forma pontual, para verificar se houve aprendizagem.

Ainda está muito arraigado nos professores que o único instrumento que se satisfaz para avaliar a aprendizagem é a “prova escrita”. Isto é reflexo de uma construção cultural, uma vez que durante muito tempo, a avaliação tinha por objetivo classificar, e para tanto, somente seria possível fazê-lo valendo-se deste modelo.

Segundo Guerra (2007), a avaliação não pode ser compreendida como um ato concreto que se realiza quando a formação tenha terminado. Ao contrário disto, deve ser compreendida como um processo que acompanha a aprendizagem. Se assim concebida, esta não só comprovará que a aprendizagem foi efetivada, mas também será capaz de explicar por que ela não ocorreu.

Precisamos desconstruir a ideia de que os demais instrumentos (Trabalhos individuais, em grupo, pesquisas, debates, projetos escolares, elaboração de mapas conceituais, exercícios e testes, verificação dos cadernos, produções textuais, seminários, portfólios, entre muitos outros) não avaliam as habilidades dos alunos, muito pelo contrário, além de avaliar diferentes habilidades de aprendizagem, ainda auxiliam os alunos na sua formação enquanto pesquisadores do saber. Neste contexto, temos que

garantir uma avaliação múltipla e que tenha nos instrumentos as ferramentas de coleta de informação. Pois, os instrumentos, independente de sua natureza, são apenas ferramentas, que poderão, ou não, fornecer informações sobre o processo de aprendizagem dos alunos, de tal forma que a diversidade de instrumentos enriquece o processo e melhora a avaliação possibilitando tanto ao professor, quanto ao aluno, diferentes formas de expressarem seus conhecimentos, métodos e dificuldades.

Por este motivo, está cada vez mais presente nos regimentos escolares e nos Projetos Políticos Pedagógicos, a obrigatoriedade do professor em aplicar ao menos uma atividade avaliativa que não esteja vinculada a avaliação objetiva ou dissertativa. Não que estes instrumentos não sejam eficazes, muito pelo contrário, trazem informações muito ricas de toda ação desenvolvida. No entanto e infelizmente, em muitas situações, estas são utilizadas somente em momentos pontuais, e ainda mais grave, para demonstrar o poder do professor sobre seus alunos.

Segundo Hadji (2001):

“A avaliação não pode ser usada como arma do avaliador para coagir e manipular o aluno frente à autoridade que lhe é conferida. Para evitar incorrer nessa armadilha, o professor pode se valer de técnicas para aproximar-se da ação de avaliar em sua essência, na constituição de uma ética do agir avaliativo.” (HAJDI, 2001, p.131).

O que se tem percebido no ambiente escolar, e especialmente na relação ensino aprendizagem, é que muitos professores, motivados pelas dificuldades encontradas em sala de aula, decorrentes de vários fatores, empregam os instrumentos de avaliação para manter o domínio do processo. Utilizam-se delas como ferramentas de controle do aluno, retirando-lhe toda finalidade, que é a de averiguar a quantas anda a aprendizagem. Tornam-se simples demonstrativos do poder do professor, como afirma Guerra (2007).

Segundo Depresbiteres e Tavares (2009), ao se considerar a complexidade do processo de avaliação, é de suma importância que o professor pesquise novos instrumentos de avaliação para integrarem os mecanismos de verificação da qualidade, quantidade, efetividade, pertinência de condições, empenho e resultados, proporcionando maior rigor à questão.

Para que esta concepção de avaliação se torne clara e esteja presente no dia a dia dos profissionais da educação, faz-se necessário promover momentos para discutir as problemáticas que envolvem este processo, tornando-se uma das maneiras de amenizar ou neutralizar ações equivocadas durante o ato de avaliar.

Analisar, coletivamente os instrumentos avaliativos produzidos e aplicados no espaço escolar, podem gerar oportunidades para modificar a concepção do professor em relação aos mesmos. É preciso que esteja muito evidente, no momento da elaboração destes instrumentos, que estes devem atender aos objetivos pré estabelecidos para o processo de ensino aprendizagem.

Ao elaborar um instrumento avaliativo, deve-se fazê-lo com muita coerência, evitando “pegadinhas” que possam induzir o aluno ao erro, e muito menos conter questões mal elaboradas, que não deixam claro o que de fato se quer saber, zelando desta forma, pela qualidade do instrumento.

Varias são os procedimentos essenciais que devem ser observados no momento da elaboração dos instrumentos de avaliação. O tipo de vocabulário utilizado, a contextualização das questões, enunciados pouco elucidativos, o tempo destinado a cada conteúdo específico durante as aulas, o grau de dificuldade das questões, o número de questões e o tempo para aplicação da avaliação, entre outros, são, segundo Depresbiteris e Tavares (2009), elementos que enfraquecem a qualidade do instrumento, se não forem bem observados.

Além dos itens acima citados, devem ser levados em consideração a habilidade de aprendizagem do aluno que será avaliada, o seu empenho e o esforço individual para realização da avaliação, além de evitar pré julgamentos e comparações para com os mesmos.

É importante que o professor não compare um aluno com o outro. Se houver a necessidade de estabelecer algum parâmetro para comparação, que seja estabelecido um critério a ser atingido e a partir deste, comparar o aluno somente consigo mesmo, ou seja, que considere a evolução deste durante a aprendizagem.

A partir do momento em que as avaliações produzidas pelo professor atendam a estes procedimentos considerados essenciais, se terá um

instrumento avaliativo com qualidade, sendo possível ter em mãos ferramentas que de fato forneçam dados reais sobre o processo de ensino e aprendizagem. É necessário ainda ter nitidez sobre o que se fará com as informações oriundas destes instrumentos. De nada adianta saber quais são os problemas existentes no processo de ensino aprendizagem, se não buscar estratégias para resolvê-los. Este talvez seja o momento mais difícil de toda avaliação, realizar o *feedback*, considerando tudo e todos os envolvidos, inclusive e sobretudo a metodologia utilizada pelo professor.

Utilizar-se da avaliação, submetendo-a a todos estes questionamentos, não é tarefa fácil para os profissionais da educação. Contudo, se promovidos momentos para discussão, debates, trocas de experiências e estudos sobre o assunto, certamente será possível avançar nesta problemática, tornando o processo menos doloroso e mais simplificado para todos. Isto somente será possível através de uma proposta de formação continuada muito bem elaborada ao longo do ano letivo.

Na sequência abordamos as avaliações na prática de formação continuada de professores, mais especificamente no PDE enquanto projeto aplicado durante o processo de formação.

Avaliações como objeto da prática na formação continuada de professores

Para que a educação e dentro dela a avaliação se caracterize como um processo continuado e emancipatório, é preciso que ocorram mudanças na postura do professor e também do aluno. Como já foi afirmado anteriormente, é preciso estabelecer uma relação de confiança, de proximidade, onde o aluno possa revelar sem temores as suas dificuldades e o professor possa ser o mediador, orientando e direcionando-o para que estas sejam superadas.

No ambiente escolar faz-se necessário refletir sobre estas mudanças, e para que ocorram, é preciso promover oportunidades para fazê-lo. O processo de formação continuada durante o período letivo vem de encontro a estas necessidades.

Através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) oferecido pela Secretaria Estadual de Educação e desenvolvido em

consonância com as Universidades Estaduais, o professor ingressando no mesmo, tem a possibilidade de aprofundar seus estudos sobre problemáticas da sua realidade, buscando proporcionar discussões e reflexões para elencar ações que possam enfrentar os problemas identificados.

Em parceria com a Universidade, o professor PDE poderá fomentar discussões, problematizando práticas, percepções, atitudes e mecanismos de planejamento, elaboração e aplicação da ação pedagógica.

Tomando as dificuldades encontradas no dia a dia escolar, relacionadas ao ato avaliativo, aliando-as ao desejo de promover mudanças, o projeto produzido ao longo do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), foi aplicado junto aos professores do Colégio Estadual Dario Vellozo, Toledo, Paraná, durante o primeiro semestre do ano de 2015. O projeto foi efetivado no formato de curso de extensão, desenvolvido em parceria com a Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste, coordenado e orientado pelo Prof^o Doutor Valdecir Soligo, com intuito de promover momentos de reflexão a fim de analisar o impacto do uso dos instrumentos avaliativos no processo de ensino e aprendizagem.

No âmbito do projeto pudemos perceber que várias são as dúvidas quando se planeja a avaliação e se elabora ou elege os instrumentos a serem utilizados. Segundo Moretto (2005), avaliar a aprendizagem é um tema angustiante para o professor e estressante para alunos. Para ele, o sistema escolar se organiza em função da avaliação. No entanto, o que não pode deixar de ser lembrado, é que neste processo, a avaliação nada mais é do que um instrumento de coleta de informação e não o objetivo da educação.

Se a avaliação assim o é, como avaliar o aluno considerando todas as suas potencialidades? Qual a melhor técnica e instrumento avaliativo a ser adotado? Um único instrumento de avaliação possibilita perceber se a aprendizagem de fato ocorreu? O que fazer com os resultados obtidos?

Partindo destas interrogativas necessitamos considerar que no ato educativo escolar estão subordinados ao processo de ensino aprendizagem sujeitos, os quais devem ser considerados em sua integralidade. O professor deve ter clareza de quais são os objetivos que se pretende.

Para Cervi (2008), a avaliação que serve ao processo deve ser uma avaliação mediadora. Avaliar e ser avaliado é algo muito particular, inerente a

cada indivíduo, e intimamente ligado ao ato de ensinar e aprender. Sob este ponto de vista é que os instrumentos utilizados para fazê-lo devem vir de encontro com a real necessidade e o propósito de educar/ensinar, e não se tornar, como acontece muitas vezes, uma ferramenta para acerto de contas entre o professor e seus alunos, nem tão pouco serem utilizados somente para atribuir nota.

Impulsionada por todas estas angustias oriundas dos professores, alunos, pedagogos, pais e direção da escola, sentiu-se a necessidade de instituir, a partir dos estudos do PDE, momentos de reflexão e discussão para debater com profundidade o papel da avaliação. Segundo MORETTO (2005) professores e pesquisadores precisam estudar mais, para poder conceituar com segurança o papel da avaliação no processo de aprendizagem.

Refletir sobre a relação entre ensino/aprendizagem, avaliação e instrumentos de avaliação enquanto métodos e ferramentas de construção do saber se tornaram os objetivos da formação continuada proposta aos professores.

Ao analisar os dados oriundos dos resultados finais atingidos pelo colégio (de aprovação, reprovação e aprovação por Conselho de Classe) propomos uma reflexão a cerca das ações dos professores, bem como dos alunos e familiares, no processo de edificação do conhecimento.

Durante os encontros propostos discutiram-se várias temáticas. Inicialmente as discussões circundaram a preocupação com a qualidade da e na educação. Percebeu-se a necessidade de apresentar os documentos e leis que tratam da qualidade da educação, desde a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases ao Regimento interno e Projeto Político Pedagógico da escola.

Pensarmos uma escola de qualidade, remete-nos a análise de um conjunto, dentro do qual alguns aspectos/fenômenos interferem mais ou menos nos resultados esperados. Segundo Demo (1994) a qualidade na educação não pode ser adquirida somente observando-a nos outros, é preciso que se vivencie, sendo assim, faz se necessário que a instituição de ensino crie mecanismos para reflexão, para autoavaliação e estabeleça metas, sem toda via, deixar de concebê-la enquanto parte de um sistema amplo.

Para SOLIGO (2013, p. 6) “[...] a qualidade da Educação vincula-se a múltiplos entendimentos conceituais, mas também, a uma grande quantidade de fatores intraescolares e extraescolares, adquirindo significações distintas no tempo e no espaço [...]”, analisando todos estes fatores e fenômenos, e para obter uma qualidade na educação em sua máxima, ainda seriam necessários muitos investimentos, tanto no que tange as questões pertinentes à organização pedagógica, quanto aos investimentos políticos e financeiros.

Para alcançar estes propósitos, o diálogo com a comunidade escolar se torna imprescindível, considerando os anseios e as necessidades desta.

Seguindo na proposta de formação apresentada ao grupo, fez-se necessário refletir sobre diferentes tendências pedagógicas e conseqüentemente, funções da avaliação apresentadas ao longo dos tempos.

Enquanto instituição escolar, é necessário definir qual tendência pedagógica será adotada pela mesma. Uma vez definida a tendência a ser seguida pelo professor dentro do estabelecimento de ensino, e esta prevista no Projeto Político Pedagógico da escola, faz-se necessário compreender a função da avaliação dentro do processo de ensino aprendizagem.

A avaliação, de forma geral apresenta-se com três funções: **formativa** ou **contínua** – aplicada durante todo período letivo, com o objetivo de verificar se o aluno dominou ou não os conteúdos ensinados, e possibilitando ao aluno tomar conhecimento de seus erros e acertos. A **somativa** ou **cumulativa**, tendo por único objetivo classificar os alunos como aptos ou não aptos à aprovação e **Diagnóstica**, realizada ao longo de todo processo de ensino aprendizagem, trazendo ao educador dados da aprendizagem do aluno, partindo dos conhecimentos prévios dos mesmos. Acompanha todo o processo, apontando se houve de fato a assimilação do conteúdo, se há necessidade ou não de revisão, se os instrumentos utilizados atingiram ou não os objetivos propostos para o momento e sobre tudo, debruçando um olhar especial sobre os resultados apresentados.

Para Luckesi (2002), a avaliação funciona como ferramenta de autocompreensão, tendo um caráter de avaliação participativa, sendo ela - a avaliação - um instrumento auxiliar na aprendizagem, não exercendo a função única de aprovar ou reprovar, mas sim diagnosticar a quantas anda o processo em si.

Sob esta perspectiva, os professores puderam perceber que torna-se elementar conferir maior atenção a esta função da avaliação - a diagnóstica - uma vez que se assim compreendida, pode ser o fio condutor do trabalho do professor.

Compreendendo a avaliação como parte de um processo, planejando seus objetivos, critérios e aplicação, partimos para a elaboração destes para que se apresentem de forma muito clara e, por conseguinte, alcancem os objetivos que lhe são propostos.

Para Antunes (2013), cabe ao professor, através das observações de suas turmas, concluir quais instrumentos de avaliação de fato conduzem ao verdadeiro conhecimento, diversificando-os e planejando uma avaliação que promova a aprendizagem, e não puna o aluno com notas baixas, fazendo desta, uma ferramenta de sadismo ou única maneira de selecionar alunos bons e ruins.

Neste momento da formação, os professores puderam questionar-se quanto aos seus encaminhamentos metodológicos e sobre tudo quanto a seus julgamentos de avaliação. Importante relatar que nesta fase propôs-se uma dinâmica em que os professores foram avaliados.

Inicialmente solicitou-se que os professores presentes relatassem qual a sua postura antes mesmo de iniciar as avaliações. Todas as orientações aplicadas em sala, foram posteriormente utilizadas para realização da dinâmica.

Ordens como: “se olhar para o lado é Zero”, “Não quero ninguém “cafungando” no cangote de ninguém”, “ Se rasurar as questões, anulo” ´, “Vamos reorganizar estas filas, não quero ninguém vendo a avaliação de ninguém.”, dentre outras expressões, foram reproduzidas minutos antes de iniciar a dinâmica. Foi tamanha a ansiedade e o nervosismo que se criou, que alguns dos professores não conseguiram concluir sua avaliação com êxito.

Submetidos a um instrumento avaliação repleto de “pegadinhas” e que não atende aos procedimentos essenciais anteriormente citados, uma das professoras sentiu-se constrangida. Quando questionada sobre este sentimento, relatou que não se ateu aos por menores propostos na avaliação e por isto não conseguiu realizar a mesma com sucesso.

Ao término da dinâmica e dos questionamentos que esta gerou, o grupo conclui que se produzidos instrumentos que não atendam aos procedimentos essenciais, estes podem se tornar objetos de exclusão do conhecimento.

Conforme Moretto (2005, p.71) “[...]a linguagem utilizada precisa ser clara, precisa e contextualizada para que o aluno saiba com bastante precisão, o que se está solicitando que ele responda[...]”, sendo assim, é necessário atentar para esta ferramenta com um olhar crítico, no sentido de examina-la não somente quanto a sua clareza, mas quanto a contextualização com o conteúdo aplicado, o grau de complexidade das questões, o tempo para aplicação deste instrumento, os critérios de correção e o que se fará com os resultados obtidos.

Proporcionou-se também uma reflexão a cerca do tema junto aos alunos. Nesta etapa os professores puderam se deparar com as ideias trazidas pelos alunos a cerca da avaliação. No relato de muitos deles, expuseram que serem avaliados através de “provas escritas” lhes possibilita bem menos aprendizagem do que os instrumentos de avaliação propostos em forma de pesquisa. Muitos dos professores relataram estar impactados com os relatos recebidos. Esta dinâmica levou os professores a se questionarem sobre suas formas de planejar, elaborar e avaliar a aprendizagem.

Para os alunos, possibilita que os mesmo percebam o quanto estão envolvidos neste processo e que o sucesso da aprendizagem depende também da seriedade que se dá a este momento. Para Guerra (2007), os avaliados devem tomar parte na decisão sobre o sentido e desenvolvimento do processo, devem discutir seus critérios, sua aplicação e sobre tudo seus resultados, desta forma, a avaliação exige um diálogo sincero e aberto, não meramente formal e menos ainda ardiloso.

Se concebida a educação como um processo, dentro do qual estão envolvidos professor e aluno, e se considerado o ritmo de ensinar e aprender de cada um destes, então é necessário considera-los em sua integra, pensando numa educação de qualidade em que se incluam todos os aspectos de vida do educador e sobre tudo do educando, traçando-se objetivos claros, especialmente durante o ato de avaliar, entendendo-o - o momento de avaliação – dentro de uma perspectiva diagnóstica, onde se deve analisar não

somente os resultados apresentados pelos alunos, mas também a ação do educador enquanto parte de todo este litígio.

Através de leitura, trocas de experiências, da análise dos instrumentos e da postura dos professores no momento de avaliar, produzimos um espaço de debates e reflexões em torno da realidade local, reafirmando a importância da formação continuada para o aprimoramento da educação. O PDE, enquanto programa de formação constitui a base fundamental para proporcionar estes momentos que levam os professores a refletir sobre suas práticas pedagógicas e a identificar dificuldades e ansiedades com todos os envolvidos no processo.

Considerações finais

A avaliação, dentro do processo de ensino aprendizagem sempre gerou polemicas, e não foram encontradas receitas prontas de como e qual seria o melhor método ou processo a ser utilizado para avaliar. Sendo assim, é de extrema importância que o professor, enquanto mediador deste processo, busque construí-lo juntamente com o aluno, levando em consideração que o ato de avaliar, no sistema educacional vigente, orienta o destino dos alunos, uma vez que é através dele que se indicará seu êxito ou fracasso.

Planejar a avaliação, implica sobretudo observar que todos somos avaliados constantemente, não somente de forma pontual, baseado em um único instrumento, que pode interferir de forma negativa ou positiva nos resultados apresentados, mas durante todo tempo escolar, permitindo o ir e vir para que o conhecimento se forme na integra, dando continuidade ao processo ensino e aprendizagem e permitindo ao professor a possibilidade de refletir sobre o desenvolvimento de cada um.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ser entendida como uma questão não somente de medir ou verificar a aprendizagem, mas sobretudo de investigar para intervir, sendo assim faz-se necessário deixar bem claro quais são os conteúdos que serão avaliados, quais os encaminhamentos metodológicos usados e principalmente, quais os critérios de avaliação a serem utilizados, para que, a partir do uso das mais variadas maneiras e oportunidades de avaliação, o aluno possa de fato expressar seu conhecimento.

Através dos estudos realizados foi possível analisar e observar que os instrumentos de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e busca explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia.

Não é possível prever uma avaliação em que não se considerem as diferenças de aprendizagem, o ritmo próprio de cada aluno, nem tão pouca, achar que com um único instrumento pontual de avaliação é possível afirmar o que o aluno aprendeu ou deixou de aprender, desta forma, não podemos entender que ações pedagógicas desenvolvidas na escola estão prontas e acabadas, sem desafios, em que não haja mais necessidade de discussões.

Mediante as inquietudes lançadas para os professores do colégio de aplicação do projeto produzido ao longo do PDE, dos estudos realizados e das discussões que se geraram a cerca do mesmo, fica evidente que, enquanto professores permanecerem resistente ao debate sobre as avaliações, em vez de um momento de aprendizagem teremos confrontos de acerto de contas.

Desconstruir a ideia de que a avaliação somente se satisfaz pela avaliação escrita, e fazer compreender que qualquer instrumento de avaliação, seja ele qual for, se bem planejado a partir de objetivos claros, contribui eficazmente para aprendizagem, ainda é o maior desafio da escola, desta forma, a concepção de avaliação, os critérios e instrumentos a serem utilizados, não devem ser uma escolha realizada unicamente pelo professor, mas por todo coletivo da escola, para que desta forma todos assumam seu verdadeiro papel , bem como, a partir dos resultados obtidos se busque em conjunto ações que possam aprimorar a aprendizagem e o trabalho pedagógico de fato se concretize.

Promover momentos de formação continuada, durante o período letivo, trazendo a tona problemáticas da dinâmica escolar, contribui muito para alcançar as mudanças necessárias . Segundo Antunes (,2013.p 52): “Mudar é preciso, ainda que permanecer seja sempre mais fácil, avaliar plenamente é imprescindível, ainda que medir seja extremamente confortável.”

A reflexão na e sobre a prática pedagógica tendo a avaliação como um instrumento de coleta de dados ou como uma ferramenta metodológica contribui significativamente no debate sobre qualidade da educação.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 2013. 53 p.
- BOTH, I. J. **Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: Ibpex, 2011. 196 p.
- CERVI, Rejane de Medeiros. **Planejamento e avaliação educacional**. Curitiba:Ibpex,2008.181 p.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa – Polêmicas do nosso tempo**. 4ª Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados,1994.
- DEPRESBITERIS, Lea, TAVARES, Marialva Rossi. **Diversificar é preciso...** Instrumentos e Técnicas de avaliação da Aprendizagem. São Paulo: Senac, 2009. 192 p.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa, SILVA, Monica Ribeiro da, SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Gestão e Avaliação da Educação Escolar**. Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública(UFPR) v. 4, p. 29 a 51,2005.
- GUERRA, Miguel Ángel Santos. **Uma flecha no alvo**, a avaliação como aprendizagem. São Paulo: Loyola, 2007.125 p.
- HADJI, Charles. **A avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 13ª Ed. São Paulo, 2002.
- MORETTO, Pedro Vasco. **Prova** um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A,. 2005. 150 p.
- SOLIGO, Valdecir. **A Qualidade da Educação**: Conceitos e Debates Acadêmicos. Pleiade, Foz do Iguaçu, v. 13, n. 13, p. 7-32, jan./Jun. 2013.